

“O Brasil agora é um país seguro”: ditadura e capitais estrangeiros na Amazônia amapaense (1967-1982)

Higor Pereira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Universidade Federal Fluminense
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 29 abr. 2024

Aprovado em: 16 jul. 2024

Publicado em: 12 nov. 2025

Resumo

O artigo em tela enfoca a presença e atuação de capitais estrangeiros na Amazônia amapaense na ditadura, dando especial atenção às incursões dos empresários Augusto Antunes e Daniel Ludwig. A partir de um *corpus* documental variado, analisamos de que formas a estrutura do Estado foi utilizada por forças políticas e econômicas a fim de garantir que empreendimentos privados se instalassem e se beneficiassem das políticas de desenvolvimento para a região. Demonstramos, ainda, que as frequentes críticas à presença de capitais estrangeiros no Brasil, advindas de diversos setores da sociedade brasileira, impuseram barreiras à internacionalização de terras da Amazônia, embora não tenham impedido tal processo.

Palavras-chave: Ditadura Empresarial-Militar. Amazônia. Projeto Jari.

* Professor de História do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Conceição de Araguaia. Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: higorpereira@unifap.br
 <https://orcid.org/0000-0002-9280-5900>  <http://lattes.cnpq.br/4641319074425121>

“Brazil is now a safe country”: dictatorship and foreign capital in the Amapá Amazon (1967-1982)

Higor Pereira

Federal Institute of Education, Science and Technology of Pará
Federal Fluminense University
Niteroi, Rio de Janeiro, Brazil

Received: 29th Apr. 2024

Approved: 16th July 2024

Published: 12th Nov. 2025

Abstract

This article focuses on the presence and activities of foreign capital in the Amapá Amazon region during the dictatorship, with special attention to the ventures of entrepreneurs Augusto Antunes and Daniel Ludwig. Using a varied documentary corpus, we analyze how the structure of the State was used by political and economic forces to ensure that private enterprises were established and benefited from development policies in the region. We also demonstrate that frequent criticisms of foreign capital presence in Brazil, coming from various sectors of Brazilian society, imposed barriers to the internationalization of Amazon lands, although they did not prevent such a process.

Keywords: Brazilian Military-Entrepreneurial Dictatorship. Amazon. Jari Project.

* Professor of History in Basic, Technical and Technological Education at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pará, Conceição de Araguaia Campus. PhD candidate in History at the Fluminense Federal University, with a scholarship from the National Council for Scientific and Technological Development – CNPq, Brazil. MA and BA in History from the Federal University of Amapá. Email: higorpereira@unifap.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9280-5900>

 <http://lattes.cnpq.br/4641319074425121>

O golpe de 1964 inaugurou um novo capítulo na já longa história de exploração capitalista da Amazônia. A região se tornou central, durante a ditadura, nos debates em torno das políticas de desenvolvimento e integração nacionais, cabendo aos empresários, sejam eles brasileiros ou estrangeiros, o papel de protagonistas no processo de expansão das fronteiras econômicas e inserção da Amazônia no circuito de produção global. No presente texto, enfocaremos de modo especial como isso se deu no extremo norte amazônico, nas áreas do então Território Federal do Amapá (TFA). Para isso, partiremos das experiências dos empresários Augusto Antunes e Daniel Ludwig, demonstrando a presença e atuação de capitais estrangeiros no bojo desse processo.

Em 1962, o intelectual Álvaro da Cunha publicou o livro *Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá*. Tratava-se, grosso modo, de um panfleto crítico ao projeto Icomi (Indústria e Comércio de Minérios S/A), no qual o autor alegava, dentre outras coisas, que o governador do Território Federal do Amapá (TFA) na época da assinatura do contrato (1950), Janary Gentil Nunes, "foi pressuroso, incansável e eficiente em encaminhar o negócio para o domínio da economia privada" (Cunha, 1962, p. 13). O autor defendia que as jazidas de manganês de Serra do Navio fossem exploradas pelo poder público federal (ainda que o empreendimento fosse de economia mista), evitando-se, deste modo, que tais riquezas servissem apenas aos restritos interesses privados. O que agravava o quadro exposto por Cunha era o fato de que a Icomi tinha, em seu quadro societário, a norte-americana *Bethlehem Steel Company*, como proprietária de 49% das ações da mineradora.

Durante 50 anos, a Icomi explorou o minério de manganês em Serra do Navio, no Amapá. Por meio desse empreendimento, Augusto Trajano de Azevedo Antunes se tornou um dos empresários mais ricos e influentes do país, tendo se associado, em vários momentos, a capitais estrangeiros em suas incursões. A parceria de Antunes com a Bethlehem Steel teve início ainda no final da década de 1940, quando da fase inicial das tratativas para o estabelecimento do projeto. Conforme o documento *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio* (1983),¹ Antunes procurou primeiramente fontes de financiamento no Brasil. Mas, a complexidade, os riscos e o alto volume de recursos necessários à boa consecução da iniciativa fizeram com que tais buscas fracassassem. Foi só então que direcionou seus esforços ao exterior. Em 1949, Antunes foi pessoalmente aos Estados Unidos, onde se reuniu com representantes da *United States Steel* e da *Hanna Ore & Mining Corporation*. Ambas as empresas discordaram dos termos do acordo proposto pelo

1 De autoria desconhecida, o documento trazia, em dois volumes, o que José Drummond e Mariângela Pereira (2007, p. 491) chamaram de "história oficial da ICOMI", isto é, a história do empreendimento contada a partir da perspectiva da própria empresa, uma vez que o texto foi encomendado pelo grupo Caemi (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração), holding pertencente a Antunes que controlava seu império.

empresário brasileiro, que só foram aceitos pela terceira opção, a *Bethlehem Steel*.²

Ainda que a Icomi tenha sido sua maior empreitada e a que o alçou ao patamar de "grande homem de negócios" no país, ela não foi a única. Augusto Antunes foi sócio e/ou proprietário de dezenas de empresas ao longo da vida. Estas eram controladas pela *holding* Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (Caemi). Os ramos de atividade do império do empresário brasileiro abrangiam desde o setor de serviços até a produção de aço. A sede administrativa da maior parte do conglomerado empresarial ficava em um prédio no Rio de Janeiro, localizado na Av. Graça Aranha, n. 26 (CAEMI, 1981, s/p).

Antes de falarmos mais a respeito da atuação empresarial de Augusto Antunes, é importante delinear sua atuação política, fortemente entrelaçada ao golpe de 1964. Ele foi um importante membro do grupo conspiracionista que contribuiu decisivamente para a derrubada do governo de João Goulart, tendo sido membro fundador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes),³ junto com militares e civis ligados ao empresariado. No principal estudo a respeito das relações entre empresários e Estado no Brasil da ditadura, René Dreifuss (1981, p. 164) caracteriza o Ipes como "o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar". O Estado inaugurado pelo golpe de 1964, ainda conforme o autor (1981, p. 488), era "um Estado classista", no qual o Ipes representava "o poder dos interesses multinacionais e associados com uma visão estratégica que transcendia interesses restritos de companhias específicas ou grupos sociais e capaz de formular diretrizes políticas que beneficiavam todo o bloco". Em outras palavras, o golpe e a ditadura por ele inaugurada tinham um perfil estritamente classista, reunindo, em sua composição, de modo mais proeminente, além dos militares, o empresariado.⁴

Além de ter participado da fundação do Ipes, por vários anos Antunes presidiu o conselho orientador do instituto na Guanabara e foi um dos principais articuladores da classe empresarial como um todo. Sua participação perpassava, também, pelo financiamento de projetos e cursos organizados/idealizados pelo Ipes. A título de exemplo, em carta de 20 de dezembro de 1967, Glycon de Paiva (1967) escreveu a Antunes solicitando recursos para a construção de um grupo de trabalho, coordenado por Paulo de Assis Ribeiro. Tal grupo se ocuparia de elaborar propostas legislativas visando a "simplificação das obrigações da Empresa para com os governos", e a realização de um curso de administração financeira,

2 Segundo o documento *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*, as duas empresas recusaram a proposta por permanecer com Antunes a maior parte do capital social da empresa o que significava poder de decisão sobre assuntos diversos, bem como maior participação nos lucros (ICOMI, 1983, p. 29).

3 Sobre o papel do Ipes na construção do golpe e da ditadura, ver: Bortone (2013).

4 No artigo em tela, utilizamos o conceito de "bloco no poder", de Poulantzas (2019, p. 235-259), para caracterizar a convergência de diferentes forças sociais na construção do golpe e manutenção do regime ditatorial.

destinado a "formação de *comptrollers* para a Empresa brasileira".⁵ Tais iniciativas, bem como outras anteriores e posteriores, teriam contado com aporte da ICOMI. Por esse exemplo, podemos inferir que Augusto Antunes estava convictamente comprometido com o Ipes e com os interesses da classe empresarial como um todo. No entanto, seus interesses particulares, relacionados aos seus próprios negócios, também motivaram sua atuação política pró-golpe e pró-ditadura.

Em *História do aproveitamento das jazidas de manganês de Serra do Navio*, várias laudas foram dedicadas à reconstituição do que o autor chamou de "A grave ameaça": após relatar as festivas comemorações em torno do início das atividades no Amapá, com a inauguração, em 1957, na presença do presidente Juscelino Kubistchek, de boa parte da infraestrutura da empresa, o autor asseverou: "uma grave ameaça iria pairar sobre a ICOMI, em decorrência de surpreendentes modificações que se verificariam no quadro político nacional". Tratava-se da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a subsequente posse de João Goulart. Conforme o texto, estes eventos deram origem a "um dos mais turbulentos períodos da nossa história republicana" (ICOMI, 1983, p. 209). No dia 13 de março de 1964, o presidente João Goulart proferiu comício na Central do Brasil, anunciando diversas reformas de base que contrariavam os interesses da classe dominante do país. O autor do documento sobre a história da empresa enfatizou que, poucos dias depois, a imprensa de Belém passou a veicular informações de que no mês de abril daquele ano "Jango" assinaria o decreto de encampação estatal da Icomi.

Isso foi noticiado também por veículos de imprensa do Amapá. Em letras garrafais, na primeira página da edição de 29 de março de 1964 do semanário *Folha do Povo*,⁶ comemorava-se: "ICOMI será ENCAMPADA. Vitoriosa a campanha dêste jornal. Em abril o Presidente assinará o decreto de encampação da Emprêsa". Para o articulista da Folha, a estatização da Icomi significava um "ponto vital da libertação econômica e social do país" ("Icomi será encampada", *Folha do povo*, 29 mar. 1964, p. 1). Essas críticas, embora por vezes direcionadas nominalmente ao brasileiro Azevedo Antunes, fundamentavam-se principalmente na presença de capitais estrangeiros associados às atividades de Antunes no Amapá.

Por tudo isso, não surpreende o caráter celebrativo utilizado no documento para descrever a tomada de poder pelos militares, poucos dias antes da assinatura, por João Goulart, do decreto que poria fim às atividades privadas de exploração mineral da ICOMI no

5 Chama a atenção, no documento de Glycon de Paiva, o uso da palavra "Empresa", no singular e com primeira letra em maiúscula, indicando a unidade da classe empresarial em sua diversidade ao redor de um mesmo projeto.

6 O semanário *Folha do Povo* era vinculado ao diretório do Partido Trabalhista Brasileiro do Amapá. Circulou entre 1959 e 1964 e tinha como editor-chefe o petebista Elfredo Távora Gonsalves. Conforme Sidney Lobato, "Távora Gonsalves foi uma das principais lideranças da oposição ao janarismo [linha política relacionada ao primeiro governador do Território Federal do Amapá, Janary Gentil Nunes] e um incansável difusor dos ideais trabalhistas no Território" (Lobato, 2015, p. 235). A Folha costumava dar espaço para críticas à Icomi, destacando em suas páginas diversas reclamações vindas das frentes de trabalho da empresa (*Ibidem*, p. 246-247).

TFA. Conforme o documento:

Aquele momento histórico, que se desdobraria em muitos outros, reconduziu a Nação aos seus melhores caminhos. Para a ICOMI, significou o alijamento definitivo da grande ameaça que sofrera. Reafirmada, na Revolução havida, a aspiração maior da Nação, de seguir seu destino sob a égide do regime democrático e configurando-se como uma das características fundamentais da democracia o império da livre iniciativa, sepultava-se de vez o triste alvitre da encampação estatal de uma das mais bem sucedidas e mais conceituadas realizações da iniciativa privada brasileira! (ICOMI, 1983, p. 213).

O trecho reafirma o comprometimento de Antunes com os governos da ditadura, algo já sinalizado a partir da sua atuação no Ipes. Na década de 1970, se aproveitou da boa relação que tinha com o governo e diversificou suas atividades na Amazônia, investindo pesado, em associação com empresas estrangeiras, em empreendimentos de madeira, dendê e celulose (Pereira, 2022). Pode-se afirmar que Antunes manteve, durante todo o período em que o bloco empresarial-militar esteve no poder, senão forte, ao menos alguma influência no direcionamento de alguns dos rumos do país, principalmente nas áreas nas quais mantinha investimentos. Agia como o embaixador dos empresários, fossem eles brasileiros ou estrangeiros, construindo pontes entre eles e a classe dirigente nacional.⁷ Quando o bilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig decidiu investir na Amazônia, ainda nos anos 1960, Antunes assumiu uma postura de diplomata. Ele mesmo liderou, anos depois, o processo de nacionalização do Projeto Jari, quando inúmeros prejuízos já haviam causado a desistência de Ludwig. Nos próximos parágrafos, nos deteremos mais diretamente a essa experiência.

"Uma grande obra no meio da selva, capaz de imortalizá-lo": ascensão e queda do Projeto Jari de D. K. Ludwig⁸

O jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto deu início ao provocativo livro *Jari: toda a verdade sobre o Projeto de Ludwig*, de 1986, com a seguinte questão:

7 No obituário de Augusto Antunes, publicado no jornal *O Globo*, em 18 de setembro de 1996, sua atuação política foi pautada. A respeito da ditadura, o articulista escreveu: "Se não foi amigo, pelo menos conheceu pessoalmente todos os generais que ocuparam a Presidência da República" (Augusto, 1996, p. 21).

8 Essa frase está presente no livro de Lúcio Flávio Pinto (1986, p. 5) como resposta à pergunta a respeito do investimento milionário de Ludwig na Amazônia já em avançada idade.

Por que o representante número um do capitalismo mundial investiu 750 milhões de dólares numa região atrasada e distante dos grandes centros consumidores para só começar a ter retorno do seu dinheiro 13 anos após iniciar a implantação de seus projetos, concluindo-os apenas depois de 18 anos, com poucas possibilidades de estar vivo nesta ocasião? (Pinto, 1986, p. 5).

Imerso em “mistério”, polêmicas e altas doses de megalomania, o Projeto Jari foi um megaempreendimento constituído de atividades econômicas variadas, dentre as quais destacam-se: produção de celulose, rizicultura, criação de gado bovino e mineração de caulim e bauxita. Instalado em latifúndio de enormes e imprecisas dimensões⁹ entre o Território Federal do Amapá e o estado do Pará, o projeto teve como proprietário, entre 1967 e 1982, o bilionário norte-americano Daniel Ludwig. No artigo em tela, a resposta à pergunta que Lúcio Flávio Pinto fez é menos importante do que duas outras questões: o que possibilitou a compra de tantas terras e a instalação do empreendimento e o que o levou ao fracasso?

René Dreifuss, ao comentar documento produzido por José Garrido Torres, do Ipes, que foi difundido entre o empresariado no início da década de 1960, enfatizou que “a empresa privada estava sendo alvo de ataques abertos por ser tomada como a raiz do atraso econômico do Brasil”. Era indispensável, portanto, a tomada de consciência e a ação coletiva dos empresários, a fim de que se protegessem diante de seus opositores e garantissem sua sustentação econômica. Isso incluía o empresariado estrangeiro, alvo frequente de críticas advindas de diversos setores nacionalistas do país, incluindo fatia significativa do empresariado brasileiro. Dreifuss ressalta que Garrido Torres “atacava [...] os empresários pseudonacionalistas, que desempenhavam o papel nacionalista a fim de favorecerem seus próprios e restritos interesses, em detrimento daqueles mais amplos da comunidade empresarial como um todo” (1981, p. 168).

De fato, durante toda a ditadura, não foram raras as críticas aos empresários e aos militares no que se refere ao “entreguismo” a estrangeiros de terras e recursos naturais do país.¹⁰ O Projeto Jari foi um exemplo paradigmático disso. Sua instalação dependeu do apoio concedido por autoridades brasileiras, que fizeram vistas grossas na compra de extensas faixas de terras e concederam subsídios diversos, sobretudo a partir da renúncia fiscal. Ficou muito

9 Maria Luíza Gutierrez de Camargo (2015, p. 189) demonstra, a partir de profunda análise em documentos fundiários da Jari, que o latifúndio poderia chegar a mais de 3 milhões de hectares. Porém, na sua avaliação (confrontando com a legislação de terras da época em que a documentação foi construída), apenas 166.302 ha seriam “regulares”.

10 Cardoso e Muller (2008, p. 153) destacam, nesse sentido, as críticas do governador do Amazonas, Arthur César Ferreira Reis, às ideias de internacionalização da Amazônia, fundamentadas no contínuo processo de abertura da região a capitais e grupos estrangeiros. Os autores destacam também a abertura da CPI para investigar a aquisição de terras por estrangeiros, em 1968.

famosa a história de que, em reunião ocorrida em 1966 na qual estiveram presentes Daniel Ludwig, Roberto Campos (então ministro do Planejamento) e o presidente Castello Branco, este último teria dito ao magnata norte-americano: "Venha mesmo para o nosso país, Mr. Ludwig. O Brasil agora é um país seguro" (Sautchuk *et al.*, 1979, p. 15). A segurança mencionada por Castello perpassava pelas garantias que somente a ditadura daria aos empresários que quisessem trazer investimentos ao país.¹¹

A literatura sobre o projeto começou a ser construída ainda nos anos 1970. Boa parte desses primeiros trabalhos tinha um caráter fortemente crítico ao gigantesco empreendimento.¹² Com o passar dos anos, porém, surgiram obras simpáticas a Ludwig e sua "aventura" na Amazônia, como o livro de Cristóvão Lins (2001). O autor foi amigo de Ludwig e, apesar de afirmar que a proposta de seu texto era de "apresentar os fatos sem partidarismo" (*Ibidem*, p. 135), dedicou várias laudas a descrever Ludwig como um homem bondoso,¹³ que evitava a imprensa e dispensava a presença de seguranças, ainda que fosse um dos homens mais ricos do mundo. Lins faz coro, portanto, à construção da imagem do bilionário como aventureiro, desbravador e homem de visão. No entanto, como ele próprio admite, o Projeto Jari foi o "mais combatido e repudiado" entre todas as grandes incursões estrangeiras no país.

A "benção" concedida pela ditadura a Ludwig não o blindou das muitas críticas que receberia. Elas se centravam principalmente em três questões: a) ocupação por estrangeiros de vastas extensões de terras no país; b) escravidão de trabalhadores braçais; e c) substituição de milhares de hectares de floresta nativa por floresta homogênea de espécie exógena.¹⁴ A primeira apareceu logo após a compra, por Ludwig, de um latifúndio estimado em um milhão e meio de hectares no coração da floresta amazônica. Em 1967, devido a fortes denúncias passarem a figurar na imprensa nacional e em pronunciamentos de parlamentares,

11 Nesse sentido, podemos citar o Decreto-Lei n. 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importações, regulamentando isenções tributárias na introdução de itens industrializados estrangeiros, em alguns casos específicos.

12 Entre outros, destaco: *Projeto Jari: a invasão americana*, de Jaime Sautchuck, Horácio Martins de Carvalho e Sérgio Buarque de Gusmão (1979); *O Projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia*, de Irene Garrido Filha (1979); *Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig*, de Lúcio Flávio Pinto (1986); e *A utopia da terra na fronteira da Amazônia*, de Osvaldino Raiol (1992).

13 Para ilustrar, podemos destacar o seguinte trecho: "Ao chegar à Jari, Ludwig já era homem septuagenário, porém muito ativo, de andar ligeiro e firme, apesar de evidente defeito na coluna vertebral, sequela de grave acidente em um de seus estaleiros (devido a uma explosão, precisou saltar n'água para salvar dois de seus empregados, lesionando seriamente a coluna)" (Lins, 2001, p. 136).

14 Conforme Acker (2014), entre as décadas de 1970 e 1980, a Amazônia passou a figurar como central nos debates internacionais a respeito do futuro do planeta. O autor destaca, como um dos acontecimentos que gerou isso, o incêndio ocorrido na Fazenda Cristalino, de responsabilidade da empresa alemã Volkswagen, cuja dimensão provocou escândalo para além das fronteiras do Brasil e fomentou um longo debate entre ambientalistas, autoridades e empresas sobre a forma como a Amazônia vinha sendo devastada.

o deputado Márcio Moreira Alves (MDB) requereu a instauração de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a venda ilegal de terras para estrangeiros no país. Da CPI resultou o Relatório Velloso (1968), que comprovava que vários brasileiros e funcionários de órgãos como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) estavam envolvidos num amplo esquema de distribuição de terras brasileiras a pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, sobretudo na região amazônica. Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010, p. 12), a despeito do caráter nacionalista outorgado a si própria, a ditadura trabalhou no sentido de internacionalizar a economia brasileira e, para isso, entregou recursos naturais e grandes extensões de terras a estrangeiros. A partir do que foi esclarecido pelo relatório, o geógrafo ponderou:

Agora, passados muitos anos, pode-se concluir que não se tratava de uma ação de "maus brasileiros" como o relatório demonstrou, mas sim, de uma bem montada estratégia de permitir aos grupos internacionais e nacionais o acesso às riquezas naturais da região amazônica e do Brasil em geral. Essa estratégia fazia parte da política posta em prática pelos governos militares que passaram a comandar e planejar este processo. A prova inequívoca deste, aparece evidenciada na estratégia que os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais passaram a utilizar no Brasil da ditadura militar para conseguir vantagens e favores: incluir em cargos de suas diretorias altas patentes militares. Foi o caso de um dos maiores proprietários estrangeiros da Amazônia – Projeto Jari – que teve o Major Heitor de Aquino Ferreira, que tantos cargos ocupou nos vários governos militares [...], como diretor da empresa (*Ibidem*, p. 11-12).

No livro *Projeto Jari: a invasão americana*, os autores atribuem ao relator da CPI, o deputado da Arena Major Haroldo Velloso, certa simpatia à presença de capitais estrangeiros no Brasil. Mesmo ele, porém, assustou-se com o que os dados preliminarmente revelavam: "pelo menos 20 milhões de hectares estavam nas mãos de estrangeiros na Amazônia" (Sautchuk *et al.*, 1979, p. 79). No entendimento de Oliveira, os resultados das investigações não favoreceram a criação de mecanismos efetivos de combate à entrega de terras brasileiras a estrangeiros. Para o autor, "ao contrário, produziu-se novamente a farsa de fazer a lei para moralizar, deixando, porém, a brecha para ratificar as irregularidades, tornando-as 'legalizadas', ou, na pior das hipóteses, legalizáveis" (2010, p. 14).

A Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiros, ao mesmo tempo em que estabeleceu limites à quantidade de terras que pudessem ser adquiridas, deixava de corrigir quaisquer irregularidades cometidas antes do dia

10 de março de 1969.¹⁵ Além disso, abria a possibilidade de destinação de extensas faixas de terras a estrangeiros quando o entendimento do Presidente da República fosse de que o empreendimento era prioritário para o desenvolvimento do país. Desse modo, as terras de Ludwig, apesar de ultrapassarem os limites legais mesmo nas estimativas mais modestas, estavam protegidas pela nova legislação.

O apoio a Ludwig também vinha da classe dirigente da própria Amazônia. Em carta ao presidente da CPI, o governador do Pará, Alacid Nunes, defendeu as empresas Jari Indústria e Comércio e *Georgia Pacific*, ambas estrangeiras, detentoras de latifúndios que abrangiam parte do território paraense e, por isso, alvos das investigações. Segundo reportagem d'*O Estado de São Paulo*, Nunes teria escrito que a experiência das empresas ali constituía "um grande exemplo para a região amazônica, e ambas estão cooperando decisivamente para o nosso progresso". A fim de fundamentar tal afirmação, informou que, a despeito do pouco tempo desde o início de suas atividades, a empresa de Ludwig já contava com ampla infraestrutura e altos investimentos haviam sido feitos (Terras..., *O Estado de S. Paulo*, 14 maio 1968, p. 8). Anos depois, já enquanto deputado federal, Nunes manteve seus discursos favoráveis ao empreendimento. Em 1978, elogiou o projeto pecuário da Jari para jornalistas d'*O Globo*, afirmando que: "Uma técnica moderna de manejo desse gado associada a um trabalho eficiente de inseminação artificial e melhoria de pastagens colocará esse projeto dentro de pouco tempo entre os mais importantes da Região Amazônica" (Tavares; Luiz, 1978, p. 22).

As críticas ao projeto, porém, ganharam maior fôlego ao longo da década de 1970. No alternativo *Opinião*, o Projeto Jari foi descrito como "um país dentro do país" (O encontro..., 1973, p. 5). Já em março de 1975, n'*O Globo*, foi publicado extenso artigo com o título: "Projeto Jari será doado a fundação americana". No texto, lembrava-se que Ludwig já tinha quase 80 anos e não possuía herdeiros, o que muito preocupava as autoridades brasileiras porque temiam "a configuração de uma 'possessão estrangeira' no território nacional" (*O Globo*, 23 mar. 1975, p. 28).

De fato, em relatório confidencial produzido pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), concluído em julho de 1976, o Projeto Jari aparecia como pauta frequente dos bastidores do governo ditatorial. Nesse relatório, a caracterização do empreendimento como de "relevante interesse nacional" foi posta em xeque, conforme pode-se notar no seguinte trecho:

As implicações de ordem política merecem especial consideração, pois, inegavelmente, serão bastante desfavoráveis as repercussões de uma decisão

15 Esta data faz referência ao Decreto-Lei nº 494, de 10 de março de 1969, que regulamentou o Ato Complementar nº 45, de 30 de janeiro daquele mesmo ano. Foi a primeira legislação após o Ato Institucional nº 5 a se referir especificamente sobre a aquisição de terras por estrangeiros. A Lei 5.709/71, portanto, a ampliou.

de se considerar de relevante interesse nacional empreendimento de uma empresa cujo patrimônio engloba grandes extensões de terras em situação irregular, com capital totalmente estrangeiro, controlada do exterior, situada em região afastada e sem uma fiscalização efetiva e ocupando uma área muito superior a que seria necessária para o desenvolvimento de seus projetos (SG/CSN, 1976, p. 10).

Perder o *status* de "relevante interesse nacional" significaria não mais contar com financiamento público e isenções fiscais. Também significaria o fim da "vista grossa" para a situação fundiária do projeto, já que o bloco no poder tinha plena ciência das irregularidades relacionadas à incorporação de mais de um milhão de hectares ao patrimônio da Jari. A SG/CSN reconhecia os privilégios outorgados a Ludwig, que abriam péssimos precedentes. Dentre eles, a isenção de impostos para a importação de maquinários, aviões e veículos utilizados nas atividades de rizicultura estava gerando um mal-estar com empresários brasileiros do setor de máquinas e implementos agrícolas. Estes, em pronunciamento, classificaram as importações como "desnecessárias e inoportunas, por ter a indústria nacional condições de fornecer qualquer equipamento necessário a essa cultura no país, além de estarem todas as empresas com grandes estoques acumulados" (SG/CSN, 1976, p. 7).

Apesar das críticas, em 1978, chegaram ao vale do rio Jari duas fábricas adquiridas por Ludwig com vultuosos subsídios do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). Uma para a fabricação de celulose, com capacidade de produção de 750 toneladas diárias, e outra, uma usina termoeletrica, para a produção de 55 mil quilowatts de energia elétrica, a fim de garantir o funcionamento da primeira. As fábricas, que foram importadas do Japão, foram construídas pela *Ishikawajima-Harima* que, além da fabricação, investiu nelas US\$ 260 milhões. Ludwig, por sua vez, desembolsou US\$ 450 milhões e outros US\$ 280 milhões saíram dos cofres públicos brasileiros, por meio de incentivos concedidos pelo programa *Benflex*, do BNDE. A importação de fábricas completas do outro lado do planeta gerou repercussão negativa, inclusive em setores do empresariado nacional que reclamaram do fato de vultuosos recursos do país estarem sendo destinados a empresas estrangeiras, podendo, de outro modo, terem sido empregados na indústria nacional (Projeto Jari..., *O Globo*, 23 mar. 1975, p. 28).

Em outra reportagem d'*O Globo*, de julho de 1979, é mencionada a visita do Ministro do Interior, Mário Andreazza, ao Projeto Jari. Ele teria ficado impressionado com a envergadura do empreendimento, mas "não escondeu o seu espanto pela ausência de autoridades brasileiras na área". Aos jornalistas que o acompanharam, Andreazza disse: "Não adianta tapar o sol com a peneira; a omissão do Governo é flagrante e só nos resta preencher esta lacuna o mais rápido possível" ("Governo quer marcar sua presença no Projeto Jari", *O*

Globo, 15 jul. 1979, p. 9).¹⁶ O pronunciamento de Andreazza foi feito num contexto de mudança na relação entre o Estado e o Projeto Jari. Naquele momento, a Jari se tornou um "calo no sapato" do bloco no poder (mesmo que, dificilmente, seus representantes admitissem publicamente). Muito preocupava a possibilidade da morte de Ludwig, o que poria em risco a soberania brasileira sobre a Amazônia. Ainda conforme o texto, o ministro só conhecia o projeto por comentários "com uma forte dose emocional", vindos de terceiros. Tão preocupante era o quadro que se desenhava, que ele teria dito, um mês antes da visita, que desapropriaria o projeto tão logo Ludwig viesse a falecer.

Figura 1 – Fábrica de celulose do Projeto Jari importada do Japão em 1978



Fonte: Daniel Ludwig, um sonho chamado Projeto Jari. *Brasman*, 2021. Disponível em: <https://www.brasman.com.br/iso/2021/04/16/daniel-ludwig-um-sonho-chamado-projeto-jari/>. Acesso em: 18 dez. 2022.

16 No artigo em tela, entende-se que o Estado não estava "ausente" ou "omisso" nas áreas do Projeto Jari, mas, pelo contrário, fazia-se presente de outros modos, atuando principalmente por meio do financiamento público.

Em 1979, o Projeto Jari já concentrava mais de 20 diferentes empreendimentos. O de celulose, porém, era a "menina dos olhos" de Ludwig, que chamava a fábrica importada do Japão de "meu castelo". Era, inclusive, o que mais ocupava espaço no imenso latifúndio da Jari. Segundo a mesma reportagem d' *O Globo*, já eram 100 mil hectares de *pinus caribaea* e *gmelina arborea* plantados. Era, também, onde mais braços eram empregados. Todos os anos, no período de desmatamento, os empreiteiros aliciavam no Nordeste e em áreas próximas à Rodovia Transamazônica grande quantidade de peões. Com o fim da temporada de desmate, estes eram dispensados, mas muitos ficavam por lá, por não terem condições de voltar ao seu lugar de origem, já que os salários, quando pagos, sofriam descontos exorbitantes. Aos jornalistas, a empresa informou que os empreiteiros pagavam CR\$7,60 a hora aos trabalhadores. Ao fim de cada mês, cada trabalhador receberia CR\$800,00, já descontados os alimentos consumidos ao longo do período (Governo..., *O Globo*, 15 jul. 1979, p. 9). No entanto, em várias reportagens escritas ao longo da década de 1970, essas informações eram contestadas, ora por autoridades de fiscalização, ora pelos próprios trabalhadores, nas raras vezes em que foram ouvidos pela imprensa. Na pesquisa realizada, foi possível apurar apenas um artigo com depoimentos de trabalhadores, publicado n' *O Globo*, na edição de 23 de março de 1975. Ao articulista, um trabalhador disse:

Foram nos buscar no Maranhão prometendo maravilhas. Chegamos aqui e 'já era'. Quando não se trabalha não se recebe. Nós trabalhamos para os empreiteiros. Nós estamos doentes e queremos voltar. Pela comida pagamos cr\$2,00 diários. Mais com os descontos e os remédios, sobra uma micharia (Projeto Jari..., *O Globo*, 23 mar. 1975, p. 28).

Em abril de 1972, um artigo mais completo sobre o tema foi publicado n' *O Estadão*. O texto informava que, naquele ano, a região do vale do Jari já havia aparecido duas vezes nos noticiários nacionais, ambas envolvendo a prática de trabalho escravo. A primeira delas informava que, "em março, oito homens fugiram da região de São Domingos do Capim, onde está sendo implantado um projeto pecuário. Chegaram a Belém e revelaram que eles e os demais contratados trabalhavam a seis meses sem receber qualquer pagamento. E eram vigiados constantemente por pistoleiros armados". A outra notícia referia-se a 184 carteiras de trabalho com irregularidades apreendidas pela Polícia Federal, também no mês de março de 1972, em Belém. Sobre isso, a reportagem apontou:

Os trabalhadores foram impedidos de embarcar e se encontram em Belém, no bairro de Terra Firme, aguardando uma posição das autoridades. Apurou-se que os contratos de trabalho impostos por quatro empreiteiras ligadas à Jari estabelecem cláusulas absurdas. Uma há que determina a execução do serviço por tarefa e dispõe que o trabalhador que não realizar sua parte no tempo determinado, não receberia nenhum pagamento até que não

terminasse a parte a ele destinada ("Ministério apura trabalho escravo no Pará", *O Estado de S. Paulo*, 18 abr. 1972, p. 13).

No entanto, ainda conforme o articulista, como as carteiras profissionais nem mesmo eram assinadas e esses contratos eram feitos à parte, não havia qualquer garantia de que os trabalhadores receberiam seus vencimentos, mesmo que o trabalho feito fosse o esperado pelos empreiteiros. Conforme a reportagem, era entre os meses de março e agosto que a empresa necessitava de mais mão de obra, que se dedicaria a atividade de desmatamento da floresta nativa. Entre agosto e setembro ocorriam as queimadas e, a partir de janeiro, o plantio da nova floresta homogênea. Nas atividades de queima e plantio, o contingente de trabalhadores necessários diminuía drasticamente. Porém, já que muitos desses trabalhadores eram de longe daquela região e, quando remunerados, quase nada lhes restava de dinheiro para que pudessem voltar para casa, era comum que ficassem por lá. Muitos deles passaram a praticar agricultura de subsistência para sobreviver dentro do latifúndio de Ludwig. Até a publicação do artigo, em abril de 1972, mais de mil braços haviam chegado no vale do Jari por ação de quatro empreiteiros apenas naquele ano (Ministério apura..., *O Estado de S. Paulo*, 18 abr. 1972, p. 13).

A maior repercussão de denúncias de trabalho escravo no Projeto Jari ocorreu durante a visita do presidente Emílio Médici ao empreendimento, em fevereiro de 1973. Na ocasião, antes de serem fortemente reprimidos pelos seguranças da empresa, trabalhadores realizaram um protesto que foi presenciado por jornalistas que acompanhavam a comitiva presidencial. Na reportagem do jornal *Opinião* daquela semana, o articulista escreveu:

Trabalhadores saíram do meio da mata carregando uma toalha espetada em paus, como uma bandeira. Ela dizia: "Queremos nossa liberdade". Uma estranha manifestação de peões das misteriosas terras de Daniel Keith Ludwig, dono de 3 bilhões de dólares e de uma espécie de país na Amazônia. O presidente da República iria mandar investigar as condições de vida dos trabalhadores dentro do projeto mais ambicioso (e desconhecido) de toda a Amazônia? (O encontro na selva Medici & Ludwig, *Opinião*, 26 fev.- 04 mar. 1973, p. 5).

As experiências de controle, superexploração e repressão aos trabalhadores inseridos nas frentes de trabalho do Projeto Jari demonstram que a empresa se apresentava como

"instituição total",¹⁷ isto é, mantinha autoridade sobre os diferentes âmbitos da vida dos residentes das áreas do megaprojeto. A isso somava-se o próprio isolamento geográfico, favorecendo, como consequência, o estado de distanciamento dos trabalhadores com a sociedade externa.¹⁸

No dia 23 de outubro de 1979, conforme artigo da sucursal de Brasília d'*O Estado de São Paulo*, o ministro do interior, Mário Andreazza, prestou depoimento na Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, que abriu investigação sobre o Projeto Jari. Na ocasião, teria assegurado que, "juridicamente, a empresa Jari Florestal [...] é nacional, embora o controle acionário – 99% esteja nas mãos da *Universe Tankships Incorporated*". Logo, o ministro admitia que a empresa pertencia quase que totalmente a grupos estrangeiros, apesar de que, por meio de manobras burocráticas, aparentasse ser brasileira. O que mais parecia preocupar aos deputados, no entanto, era a possibilidade de morte de Ludwig e a consequente destinação das ações da empresa para a entidade suíça *Ludwig Institute for Cancer Research*, conforme a vontade do bilionário norte-americano expressa em seu testamento. O deputado Modesto da Silveira, do MDB do Rio de Janeiro, relator da subcomissão do Projeto Jari, teria afirmado: "essa entidade suíça é extremamente duvidosa" (JARI, 1979, p. 30).

Andreazza cumpria, na comissão, a função de advogado da Jari, chegando a afirmar que não estava ali para julgar o empreendimento, "pois ele se encontra instalado e é irreversível". Tranquilizou os deputados ao lembrá-los que a legislação brasileira não permitia a "transferência de bens imóveis para outro país", e anunciou uma série de medidas sugeridas por uma Comissão Interministerial formada para estudar a situação do Projeto Jari. Dentre as medidas, destacou:

Integração especial, econômica e social da margem norte do rio Amazonas; fortalecimento dos núcleos urbanos e extensão dos benefícios sociais; agilização dos processos de discriminação, demarcação e regularização das terras; e o reforço de estabelecimento de base administrativa e institucional do poder público, em todos os seus segmentos (Jari, 1979, p. 30).

Além disso, o ministro discorreu sobre os aspectos econômicos, tecnológicos e

17 Conceito desenvolvido por Erving Goffman (2013), em seu estudo sobre manicômios e prisões.

18 Tal perspectiva se aproxima do que Valdir Sessi identificou no caso da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, onde o controle sobre a vida dos trabalhadores ocorria a partir de forte repressão. Conforme o autor, "a incidência de torturas contra os trabalhadores, no Canteiro de Obras e nas áreas destinadas à moradia dos trabalhadores, era endossada por um poder mais amplo e que transcendia o próprio Canteiro de Obras. Neste contexto, percebe-se que a formação militarizada ou paramilitar desses agentes deu sentido à transformação do complexo da Itaipu Binacional em uma 'Instituição Total'" (2015, p. 8).

fundiários da Jari, informando, inclusive, que a empresa possuía, aproximadamente, um milhão e meio de hectares, pretendendo adquirir, nos anos seguintes, mais dois milhões. Apesar da maioria de ponderações elogiosas, cabe destaque a uma célebre frase proferida pelo ministro – que, inclusive, deu nome ao artigo do *Estadão*. Mário Andreazza teria dito: "Jari é bom, mas no Brasil não há lugar para outro" (JARI, 1979, p. 30).

O receio de um novo Projeto Jari serviu de base para a desapropriação, nos anos 1980, de um latifúndio de mais de 540 mil hectares no município de Mazagão, sul do Amapá, da empresa Agroindustrial do Amapá, que pertencia ao norte-americano Nathan Herman e ao austríaco Shoul Eisenberg.¹⁹ Tal propriedade foi objeto de estudo do Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (Gebam), que aconselhou a desapropriação do latifúndio ao Conselho de Segurança Nacional argumentando explicitamente que ali poderia se formar uma nova Jari (Gebam, 1981, p. 1.159).

No dia 06 de janeiro de 1981, devido à superlotação e negligência por parte da Companhia dos Portos, o barco *Novo Amapá* naufragou em viagem de Macapá a Monte Dourado, "capital" do Projeto Jari. Ainda hoje, 40 anos após o sinistro, não se sabe quantas pessoas de fato embarcaram, tampouco quantas perderam a vida. Mas foram centenas. A ampla maioria dos passageiros era composta de trabalhadores da Jari ou de pessoas buscando emprego nas áreas do megaprojeto, o que, obviamente, gerou repercussão negativa.²⁰ Tal naufrágio causou grande comoção e revolta na população amapaense, e é rememorado como um trauma coletivo (Pacheco, 2016).

As críticas públicas e de bastidores, somadas à parca arrecadação de impostos (resultante da forte renúncia fiscal), acabaram por influenciar, portanto, no fim do apoio irrestrito do Estado ao empreendimento. Somava-se ao quadro, ainda, a descrença no modelo de desenvolvimento regional pautado no grande projeto agroindustrial que, naquela altura, mostrava-se falido, afundando-se na crise econômica mundial e na recessão que vivia o país "pós-milagre" (Hobsbawm, 2008, p. 393-420). No início da década de 1980, Ludwig passou a ouvir muitos não. Primeiramente, não conseguiu a titulação das terras. Teve insucesso

19 Posteriormente, ali foi criado o Projeto de Assentamento Maracá.

20 Destaca-se a repercussão na imprensa internacional e local. Mas, o naufrágio também foi utilizado com fins políticos pelos adversários do então governador Aníbal Barcellos, em especial João Alberto Capiberibe. Este último publicou, em 1982, o livro *Morte nas águas: a tragédia do Cajari*, em que denuncia a morosidade com que o governo do TFA lidou com as investigações e alçou a Companhia dos Portos como a grande culpada pelo sinistro, já que, inclusive, ela registrou que o *Novo Amapá* saiu de Macapá com apenas 162 passageiros, o que, como afirmamos, não era verdade e esse número, estima-se, foi de cinco a seis vezes maior. Capiberibe também denunciou a situação do povo amazônico naquele contexto que, "envolvido num processo de crescimento desordenado sofre, na própria pele, os malefícios trazidos pelo progresso" (1982, p. 9). O progresso ao qual Capiberibe se refere é o dos grandes projetos, que, na concepção dele, atraíam multidões de pessoas em busca de emprego, mas não eram acompanhados de investimentos em infraestruturas, como a de transporte – o que contribuiu para que o naufrágio ocorresse.

também na busca pela autorização para a construção de uma hidroelétrica na cachoeira de Santo Antônio. Não lhe restou outra saída a não ser vender os projetos de caulim e celulose para um grupo de empresários brasileiros, liderado por Augusto Antunes, no início de 1982. Dois anos depois, o projeto de rizicultura também foi nacionalizado (Do sonho, 1983, p. 43). Encerrava-se, assim, a “aventura” do bilionário norte-americano na Amazônia.

Apesar de ser o exemplo mais paradigmático da presença de capitais estrangeiros em áreas do Amapá, o Projeto Jari não foi o primeiro empreendimento com essa característica, tampouco o último. Na realidade, frequentemente empresas estrangeiras associaram-se a empresas brasileiras para realizarem suas atividades – inclusive com a intenção de parecerem empresas nacionais. Essa estratégia foi amplamente utilizada, por exemplo, por Augusto Trajano de Azevedo Antunes, com os projetos Icomi, Brumasa e Amcel, todos instalados no Amapá a partir da associação de Antunes com empresas estrangeiras. Já na década de 1990, a norte-americana *Champion Papers Inc.*, valendo-se de manobras burocráticas que a faziam parecer “empresa nacional”, grilou milhares de hectares de terras amapaenses e expulsou dezenas de famílias de camponeses, iniciando conflitos que duram até os dias atuais (Pereira, 2021). Tais investidas do capital privado internacional, apesar de pontualmente denunciadas e enfrentadas pela sociedade civil, têm tido sucesso na apropriação de terras e construção de latifúndios. Isso se deve, fortemente, ao apoio dado pelo Estado, que, quando não é omissor, participa diretamente do processo de internacionalização dessas terras.

Considerações finais

Várias questões permanecem “obscuras” nos cenários político e econômico do TFA na ditadura. No conturbado período anterior e posterior ao golpe, por exemplo, as movimentações de Janary Nunes e Augusto Antunes carecem de análises mais aprofundadas, a partir de fontes ainda inexploradas e que sequer sabemos se existem. Se, num dado momento, Janary foi aliado decisivo de Antunes para garantir suas incursões na exploração do manganês em Serra do Navio, poucos anos mais tarde os dois achavam-se em lados divergentes: o “pressuroso, incansável e eficiente” ex-governador, segundo os termos de Álvaro da Cunha quando o criticou por entregar as jazidas do minério ao empresário, teria apoiado, em 1964, a possível encampação estatal da Icomi? Essa é uma pergunta ainda sem resposta. Sua importância, porém, é pautada pela mera curiosidade, uma vez que, com o golpe e a ditadura, a exploração manganífera continuou prosperando nas mãos desses agentes privados do Brasil e do exterior. O “e se” também perde relevância ao olharmos para o Projeto Jari. As condições para a sua implementação foram dadas pelos vários governos da ditadura, o que não significou, no todo, sucesso na empreitada de Ludwig. Se consideramos a apropriação privada de mais de um milhão de hectares de terras da Amazônia, o empreendimento foi um sucesso. Mas dos pontos de vista econômico e social foi um colossal fracasso. A experiência do Projeto Jari nos revela muito claramente que a Amazônia significou,

para o bloco no poder durante a ditadura, uma espécie de renovação do mito do "*El Dourado*": um lugar de abundância de recursos e de prosperidade e enriquecimento fácil.

Referências

Fontes Imprensas

Periódicos

Augusto Trajano de Azevedo Antunes, aos 89 anos. *O Globo*, 18 set. 1996, p. 21.

Governo quer marcar sua presença no Projeto Jari. *O Globo*, n. 16.705, de 15 jul. 1979, p. 9.

Icomi será encampada. *Folha do povo*, n. 213, 29 mar. 1964, p. 1.

Ministério apura trabalho escravo no Pará. *O Estado de S. Paulo*, n. 29.767, 18 abr. 1972.

O encontro na selva Medici & Ludwig. *Opinião*, n. 17, 26 fev.-4 mar. 1973, p. 5.

Projeto Jari será doado a fundação americana. *O Globo*, n. 15.146, 23 mar. 1975, p. 28.

TAVARES, Roberto; LUIZ, Pedro. Ludwig recebe suas fábricas com atraso. *O Globo*, 1 maio 1978, p. 22.

Terras: governador defende 2 emprêsas. *O Estado de S. Paulo*, n. 28.554, 14 maio 1968, p. 8.

Documentos impressos

CAEMI. Capital social das empresas. Rio de Janeiro, 1981. (Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Referência: br_dfanbsb_n8_0_psn_ivt_0056_d0001de0001).

GEBAM. Aviso nº 002/GEBAM/81/0015/A. Brasília: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, 1981, p. 1.159. (Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Referência: br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0313_d0001de0001).

ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do navio*. Rio de Janeiro, 1983. 2 vols. Mimeo.

PAIVA, Glycon de. [Correspondência]. Destinatário: Dr. Augusto Antunes. Rio de Janeiro, RJ: 20 dez. 1967. 1 carta. (Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Referência: BR_RJANRIO_QL_0_COR_0013_d0017de0018).

SG/CSN. Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Informação nº 0011-2a.Sc/76. Brasília: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, 1976, p. 10. (Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Referência: br_dfanbsb_2m_0_0_0232_v_04_d0001de0001).

Bibliografia

ACKER, Antoine. "O maior incêndio do planeta": como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. *Revista Brasileira de História*, v. 34, p. 13-33, 2014.

BORTONE, Elaine de Almeida. *A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2013.

CAMARGO, Maria Luíza Gutierrez de. *O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAPIBERIBE, João Alberto. *Morte nas águas: a tragédia do Cajari*. Recife: Edição independente, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CUNHA, Álvaro da. *Quem explorou quem no contrato do manganês do Amapá*. Macapá: Rumo, 1962.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GARRIDO FILHA, Irene. *O Projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONSALVES, Elfredo Távora. *Folhas soltas do meu alfarrábio: um livro para os meus filhos*. Brasília: Gravo Papers, 2010.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

JARI é bom, mas no Brasil não há lugar para outro. *O Estado de S. Paulo*, n. 32.000, 24 out. 1979, p. 30.

LINS, Cristóvão. *Jari: 70 anos de História*. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.

LOBATO, Sidney. Movimentos sociais contra autoritarismos locais e inseguranças estruturais: as lutas de partidos, associações e sindicatos amapaenses, entre 1944 e 1964. *Mundos do Trabalho*, v. 7, n. 13, 2015.

MATOS, Marlos Vinícius Gama de. *Modernização e condições de labuta na Amazônia setentrional: força de trabalho, acidentes e doenças tropicais na gênese de um projeto de extração mineral no Amapá (1948-1956)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. *Agrária*, São Paulo, n. 12, 2010.

PACHECO, Danilo. *Narrar o trauma: memórias do naufrágio do barco Novo Amapá*. 2016. Monografia (Especialização em História e historiografia da Amazônia) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

PEREIRA, Higor Railan de Jesus. *O chão do conflito: estado ditatorial, grandes projetos e campesinato na Amazônia amapaense (1978-1985)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

PEREIRA, Higor. A Amazônia cobiçada: conflitos pela terra no Amapá (década de 1990). *Cantareira*, UFF, Niterói (RJ), n. 34, 2021.

PINTO, Lúcio Flávio. *Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig*. As relações entre Estado e multinacional na Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1986.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2019.

RAIOL, Osvaldino. A utopia da terra na fronteira da Amazônia: a geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá. Macapá: O Dia, 1992.

SAUTCHUK, Jaime, *et al.* *Projeto Jari: a invasão americana*. São Paulo: Brasil debates, 1979.

SESSI, Valdir. *O povo do abismo: trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1974-1987)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon (PR), 2015.